

# O CONFLITO POLÍTICO-MEDIÁTICO: O IMPACTO DO BOICOTE JORNALÍSTICO DE 1993 NA COBERTURA DA ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Filipe Resende<sup>1</sup> e Raquel Trindade Laurentino<sup>2</sup>  
(CECC – Universidade Católica Portuguesa)

A Assembleia da República é, atualmente, o principal palco da atividade político-mediática, onde jornalistas partilham um extenso espaço de mobilidade com deputados, assessores e demais membros da instituição parlamentar. Tal reflete o sistema mediático híbrido, no qual a lógica dos *media* coabita com a esfera política.

Apesar desta relação simbiótica, o ano de 1993 é historicamente marcado por um boicote à atividade jornalística parlamentar, após a implementação de um regulamento que restringia a livre circulação da comunicação social nos corredores da Assembleia da República. Os repórteres interromperam a sua habitual atividade editorial dos trabalhos do Parlamento, durante 35 dias consecutivos, através de um *blackout* geral sem precedentes, numa resposta aos constrangimentos impostos, com exceção da exclusiva cobertura desta ação coletiva. Vários profissionais alegavam que as novas regras eram uma forma de limitar a atividade noticiosa, em particular o acesso às fontes partidárias.

Este momento crítico entre jornalistas e deputados foi ampliado quando diversos atores do universo mediático e político se envolveram na discussão pública do caso, o que resultou, pela primeira vez em contexto democrático, no cancelamento da tradicional cerimónia de celebração do 25 de abril no Parlamento.

Sob a perspetiva de mediatização, este período coincide com uma fase marcada pelo aparecimento de diversos meios de comunicação privados que transformaram o contexto informativo nacional, especialmente a representação parlamentar. Assim, o boicote jornalístico

---

<sup>1</sup> [fresende@ucp.pt](mailto:fresende@ucp.pt)

<sup>2</sup> [rtrindade@ucp.pt](mailto:rtrindade@ucp.pt)

de 1993, que determinou a revogação do referido regulamento, reflete um momento de viragem na forma da política lidar com a crescente relevância dos *media*, através da negociação, acomodação e das cedências da instituição parlamentar.

Ainda que exista literatura sobre este caso, o estado da arte carece de um aprofundamento empírico mais extenso que contemple as representações mediática deste momento, bem como uma análise das perceções dos jornalistas envolvidos e as implicações deste *blackout*. Neste sentido, a presente investigação, de natureza exploratória e abrangente, tem como objetivo mapear as representações deste boicote que se estende à história da profissão jornalística parlamentar, ao discurso dos *media* e à comunicação política. Este estudo contempla a cobertura jornalística da época com a complementaridade de entrevistas a jornalistas parlamentares envolvidos neste período.

**Palavras-chave:** Mediatização da política; Assembleia da República; Jornalistas parlamentares; Boicote jornalístico.

#### **Filipe Resende**

Doutorado em Ciências da Comunicação e Professor Auxiliar da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (UCP). Investigador do Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC). As suas principais áreas de investigação são os Estudos dos Media e do Jornalismo, Comunicação Política e as Cidades Inteligentes.

#### **Raquel Trindade Laurentino**

Doutoranda em Ciências da Comunicação na Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa. Investigadora em estudos dos *media* no Centro de Estudos de Comunicação e Cultura (CECC), especializando-se em práticas jornalísticas e na sua interceção com a comunicação institucional. Na Universidade Católica Portuguesa (UCP), desenvolve a sua carreira no Gabinete de Investigação e Inovação como Coordenadora de *Reporting*. Concilia esta atividade com tutorias e gestão de projeto do Programa de Pós-Doutoramento em Desenvolvimento Humano Integral da CADOS - Escola Doutoral da UCP.